



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

ATA DA 3ª PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CES/RS-2014

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49

No dia 27 do mês de Março de 2014, às 14h, no Auditório do Conselho, na Avenida Borges de Medeiros, 1501/20º andar, reuniu-se o Plenário do CES/RS, com os seguintes pontos de pauta: **1) Atas (Plen. Ord – 2ª /2014) e Expedientes; 2) Informes e Assuntos Gerais; 3) Relatos de Comissões; 4) Proposta de Resoluções do Programa de Saneamento para pequenas Comunidades; 5) Apresentação da Política Estadual de Práticas Integrativas e Complementares; 6) Apresentação da Política Nacional de Educação Popular em Saúde.**

Titulares: Adão Zanandréa, Ana Maria Albernaz, Odil Gonçalves, Leonildo Mariani, Eni Bahia, Célia Chaves, Camila Jacques, Ana Valls, Jairo Tessari, Leila Ghizzoni, Ana Maria Martins, João de Deus, Sônia Pinheiro, Ivete Dornelles, Cristiane Pegoraro, Luiz Alberto Pinheiro, Alcides Pozzobon, Sandra Leon, Éder Pereira, Vera Leonardi. **Suplentes:** Paula Fortunato, Rafaeli Marques, Jeisson Rex, Miriam Kolinger, Carmem Pertille, Márcio Belloc, José Eduardo Bernhardt, Maria Ely, José Mancia, Sandra Silva, Tatiane de Souza, Jaime Berdias, Irvaete França, Luiz Augusto Ferreira, Paulo Rodolfo. **1) Atas (Plen. Ord – 2ª /2014) e Expedientes:** Célia Chaves faz uma proposição ao Plenário a respeito da inserção na pauta da apresentação da Política Estadual de Práticas Integrativas e Complementares. Sobre a ata da 2ª Plenária, Leonildo Mariani corrige as informações da linha 41 que trata da sua apresentação como presidente do CEI e da linha 66 que consta os relatos sobre a apresentação dos relatórios de gestão. Ana Valls sugere o acréscimo de “com as adequações propostas” na linha 59. A ata da 2ª Plenária foi aprovada com 2 abstenções. A vice-presidente fala sobre as indicações dos conselheiros e da necessidade das entidades de reconduzi-los como representantes. Júlia Rosa da Silveira, presidente da Federação Brasileira dos Terapeutas e do Sinter-RS, fala do acompanhamento da trajetória de participações junto com Márcio Slaviero e da falta de comunicado sobre as plenárias. Célia Chaves esclarece que o assunto é sobre a reindicação dos conselheiros. Ela fala também sobre a sua participação em Brasília nos dias 13 e 14 de março de uma Oficina de Revisão da Política Nacional de Promoção da Saúde. Um dos pleitos discutidos em Brasília é de que a Política seja debatida nos Conselhos Estaduais. A vice-presidente adverte sobre a importância de que o assunto seja discutido numa futura plenária e da Proposta que será fechada na próxima oficina em abril. **2) Informes e Assuntos Gerais:** Rafaeli Marques avisa que no dia 5 de abril haverá o 3º Encontro dos Conselhos Municipais de Saúde em Cachoeirinha no dia 28 de março. No evento será discutido as mobilizações dos conselhos da Região Metropolitana. Ele mobiliza os Conselhos Municipais para aprovar o Projeto de Lei. Ana Valls fala sobre a sua participação na reunião que discute o Projeto de Lei do Código de Vigilância em Saúde do Estado do Rio Grande do Sul na AL. Foram divididos 4 grupos de trabalho que discutirá os principais tópicos do Projeto. Ela alerta que enviará a Proposta ao Conselho para encaminhamento a todos os conselheiros. No dia 7 de abril, Dia Mundial da Saúde, a AGAPAN junto com outras entidades, organizará o lançamento do filme “Veneno está na Mesa” às 19h em local indefinido, possivelmente na Sala de Cinema da UFRGS. O material de divulgação será mandado através do CES. Sandra Helena fala do convite do GAPA que no dia 3 de abril completará 25 anos. Em comemoração, será realizada uma roda de conversas no Ritter Hotel às 16h30min que tratará questões relacionadas à AIDS no Estado. Após a roda de conversas, às 19h00min, haverá uma confraternização. Odil Gonçalves explana da intimação da Procuradoria da República feita ao CES que fez um debate em Canoas, com referência à cidade, Santa Rita e Sapucaia do Sul no dia 25 de março. No debate, foi abordado a questão do tele-agendamento para Canoas, Sapucaia e Esteio. Ele afirma que as pessoas que comandam a saúde não são secretários de saúde, mas o Município e o Estado. Odil relata a sua ida a Taquari, quando ficou surpreso com a tentativa do prefeito de fazer com que o município aderisse ao tele-agendamento. Irvaete fala de 2 eventos nos quais ela está representando CES, como o Comitê de Enfrentamento e Combate à Tortura que possui um

50 decreto nacional que institui o Comitê Nacional. A SES convida diversas entidades para discutir a
51 tortura dentro de instituições e a criação de um mecanismo que combata a violência. A próxima
52 reunião será no dia 04/04. Ela também fala dos eventos do Hospital São Pedro em Movimento.
53 Rafaeli Marques informa sobre a reunião da CEST que aconteceu em Caxias do Sul que foi muito
54 produtiva. Ele fala também sobre a assinatura entre a Secretária da Saúde Sandra Fagundes e o
55 Secretário da Cultura Luiz Antônio Assis Brasil para utilização dos espaços históricos do Hospital
56 São Pedro. Estão abertas as inscrições da Escola de Saúde Pública - ESP com vagas em Alegrete,
57 Sapucaia do Sul. Célia Chaves retifica que o seminário em Brasília para fechar o documento prévio
58 será submetido a apreciação da Política de Promoção a Saúde no dia 15 de maio, portanto, poderá
59 entrar na pauta da plenária do dia 08/05. Ela fala que as reuniões das Conferências da Macro-Sul
60 serão realizadas nos dias 28 e 29 de março. Ela avisa aos conselheiros novos e que estão retornando
61 de férias que os conselheiros estaduais são delegados natos na CEST, desde que estejam inscritos na
62 Macro correspondente. As vagas por segmento são limitadas. As informações e o link para
63 inscrições estão no site do CES. **3) Relatos de Comissões:** Sônia Pinheiro fala da sua representação
64 no Comitê de Tuberculose e da Tribuna Popular da Câmara no dia 24, na qual foi debatido o quadro
65 atual da tuberculose no Estado. Cristiane do Conselho Regional de Psicologia - CRPRS fala da
66 reunião do segmento do trabalhador na qual foi decidido que não será mais necessário nenhuma
67 convocação prévia para essa reunião porque quando houver plenária, automaticamente haverá
68 reunião do segmento do trabalhador. Outra questão levantada foi que a Comissão de Saúde Mental
69 está fechando o planejamento estratégico. Rafaeli manifesta-se sobre a Comissão de Educação
70 Permanente e fala que assumiu a coordenação dos trabalhos da Comissão. Ele informa que a
71 Comissão está muito dedicada com relação aos 20 anos da Lei do Conselho. Ele fala da importância
72 de as entidades contribuírem com a confraternização. João de Deus fala que a Comissão
73 Permanente está aberta para novos conselheiros que quiserem ajudar. Ele relata a reunião da
74 comissão no dia 25/03 que tratou sobre as auditorias, a reunião do Conselho Gestor do GHC,
75 reclama que a política está prejudicando a saúde e apresenta algumas reivindicações dos
76 funcionários da saúde. Sugere que seja feito um seminário que aborde os direitos humanos na
77 saúde. Jane da SES informa sobre a atividade aberta que acontecerá no Dia Mundial da Saúde.
78 Sandra Helena fala da volta das reuniões da Comissão de Etnias e dos convites do CES para
79 reuniões relacionadas à população negra. Ela relata todas as reuniões que participou neste ano como
80 membro da comissão e que em todas as plenárias em diante, a Comissão de Etnias fará um relato de
81 sua caminhada. Ela declara que as reuniões da comissão estão abertas, acontecendo
82 quinzenalmente. Célia Chaves sugere que os conselheiros que não estão participando de nenhuma
83 comissão, que procure se integrar em alguma. **4) Proposta de Resoluções do Programa de**
84 **Saneamento para pequenas Comunidades:** Célia fala que esse conjunto de propostas tem por
85 base a nova lei 141-2012 que determina o que pode ser investido em saúde. Essa lei permite que
86 seja feito investimentos em saneamento básico em domicílios e em pequenas comunidades. A vice-
87 presidente faz a leitura das Resoluções. Míriam do CRESS faz algumas ressalvas sobre o
88 abastecimento de água em determinadas comunidades. Jairo Tessari esclarece que tudo que está
89 posto na Resolução está igual a lei 141-2012. Célia sugere que a proposta seja apresentada em outra
90 plenária para que haja algum representante para prestar esclarecimentos. Ivete do CRN2 questiona a
91 aprovação do projeto sem análise prévia. Ana Valls questiona sobre a população de algumas
92 “pequenas” comunidades de 90 mil habitantes. A vice-presidente põe em votação. Foi aprovada
93 para a pauta de uma próxima plenária. Célia pede para que a Secretária Executiva convide a
94 Secretaria de Habitação e Saneamento para a reunião. **6) Apresentação da Política Estadual de**
95 **Práticas Integrativas e Complementares:** Célia Chaves apresenta Sílvia, servidora da SES, que
96 explica a formação do processo das Práticas. Ela faz a apresentação da Política Estadual de Práticas
97 Integrativas e Complementares. **6) Apresentação da Política Nacional de Educação Popular em**
98 **Saúde:** Osvaldo, coordenador da Educação Popular em Saúde, faz a apresentação da Política
99 Nacional de Educação Popular em Saúde. Márcia da ESP fala do interesse em trabalhar junto a
100 questão da Educação Popular e sugere que seja mandado todo o material da Política para o site do
101 CES. Ela indaga Osvaldo e Sílvia a respeito do cruzamento dos espaços, que não estão tendo uma

102 integração. Irvalete parabeniza as apresentações, fala sobre as práticas integrativas no Pará e a
103 importância de que o CES se aproprie do assunto. Sobre a Educação Popular, ele vê positivamente a
104 política. Rafaeli Marques fala que vem acompanhando e aprova as atividades de Educação
105 Permanente e incentiva o trabalho dessas iniciativas. Oscar, conselheiro municipal de saúde, fala
106 sobre a dificuldade para formar os conselhos locais de saúde. Ele indaga como a política poderia
107 contribuir com a questão da saúde popular. Sandra Leon questiona sobre a abrangência da política
108 de educação popular em saúde e qual a orientação do Ministério da Saúde em relação aos comitês.
109 Ela conta também sobre a ida da delegação do RS para a oficina em Vitória-ES há 2 anos atrás.
110 Odil Gonçalves cita uma notícia de jornal de 2006 que relata a quantidade de aplicação de verbas
111 em grandes laboratórios. Ele reclama dos tratamentos e aplicações de remédios que intoxicam as
112 pessoas. Alcides Pozzobon relembra da época que os centros de saúde possuíam educadores
113 sanitários. Ele elogia a apresentação das políticas e conta sobre a avaliação periódica da Estratégia
114 de Saúde da Família no bairro Belém Velho. O grupo Mexa-se, do qual o conselheiro faz parte,
115 acompanha os mutirões de saúde feitos dentro do programa de Estratégia da Família que organiza
116 Práticas Integrativas para interessados. Ana Valls questiona Sílvia sobre as Pepics, sobre a política
117 da CIB, sobre as diretrizes que constam no documento enviado ao CES e qual é o caminho que a
118 proposta segue. Ela afirma que no concurso da SES, não foi previsto profissionais com o
119 conhecimento em determinadas áreas e pergunta como será executada a política de saúde
120 apresentada. Ana Valls indaga Osvaldo a respeito dos objetivos do comitê. Maria Cristina Ferreira
121 dos Santos, presidente da ARTFLOR, fala sobre o auxílio a Pepics e está à disposição para o que for
122 necessário. Júlia Rosa da Silveira explana sobre a imprecisão da data de início da prática
123 terapêutica. Rogéria Comim, representante do CONAFLOR, mostra a sua satisfação com a reunião,
124 reforça o que foi dito por Osvaldo e fala do apoio aos terapeutas florais no RJ. Ela fala do
125 lançamento da Frente Parlamentar das Práticas Integrativas Estadual. Sílvia responde os
126 questionamentos feitos e agradece os elogios. Ela afirma que não busca representações para a
127 política e que foi um encaminhamento do gestor no âmbito da CIB. Sobre o concurso do Estado, ela
128 afirma que os dados são absolutamente preliminares e superficiais. Ela fala da importância da
129 capacitação dos profissionais na rede. Osvaldo comenta sobre a fala de Sílvia e explana sobre o
130 concurso, as Pepics e o investimento na Educação Permanente. Ele questiona Sílvia quanto ao nº de
131 diretrizes e do material entregue. Nos dias 22 a 24 de maio será realizado o Seminário Nacional de
132 Educação Popular, o primeiro evento pós-aprovação da política, há vagas para quem quiser
133 participar. Ele cita o caso da saúde em Cuba e reitera que a Política de Educação Popular não possui
134 um recurso carimbado. Ele remete a fala do conselheiro Odil sobre a dimensão política da Educação
135 Popular. Ele finaliza afirmando que é a Portaria que institui a Política, nº 20761 de 13/11/13. Nada
136 mais havendo a tratar, Célia Chaves, Vice-Presidente do CES/RS, deu por encerrada a reunião, da
137 qual eu, Gabriel Paccico, lavrei a presente ata que, após leitura e aprovação, será assinada pela
138 Mesa Diretora. Porto Alegre, 27 de março de 2014.

139
140 Paulo Humberto Gomes da Silva
141 Presidente do CES/RS

Célia Chaves
Vice Presidente do CES/RS

142
143
144 Alfredo Gonçalves
145 Coordenador do CES/RS

Sônia Pinheiro
Coordenadora do CES/RS

146
147
148 Jairo Francisco Tessari
149 Coordenador do CES/RS

Márcio Belloc
Coordenador do CES/RS

150
151
152 Carlos Alberto Ebeling Duarte
153 Coordenador do CES/RS

Odil Gonçalves Gomes
Coordenador do CES/RS